

ATA NÚMERO 269/XIII/4.^a SL

Aos vinte e três dias do mês de abril de 2019, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

16:30

Audição do Conselho de Finanças Públicas sobre o Programa de Estabilidade.

18:30

- 1. Aprovação da ata n.º 257;**
- 2. Apreciação e discussão do Relatório sobre a Conta Geral do Estado 2017;Relator: Autor: António Gameiro**
- 3. Discussão e votação do parecer sobre a PPL n.º 189/XIII/4.^a - "Estabelece o regime fiscal aplicável às competições UEFA Nations League Finals 2019 e UEFA Super Cup Final 2020";Autor: António Gameiro (PS)**
- 4. Fixação da redação final dos Projetos de Lei - n.º 13/XIII/1^a (PEV) - "Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas"; - n.º 58/XIII/1^a (BE) - "Promoção do acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas"; - n.º 66/XIII/1^a (PAN) - "Transição para uma alimentação mais saudável e sustentável nas cantinas públicas, com recurso a produtos de agricultura local e biológica"; - e n.º 71/XIII/1^a (PS) - "Consagra um regime de seleção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos";**
- 5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD "Audição urgente do Senhor Ministro das Finanças sobre a implementação da Lei de Enquadramento Orçamental";**

6. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD "Análise da UTAO no âmbito da Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.^a e do Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.^a";**

7. **Designação de autor do relatório sobre o relatório "Portugal na União Europeia _ 2018"; Cabe ao GP PCP**

8. **Designação de autor do parecer do Projeto de Lei 1199/XIII/4(PCP) - "Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários"; Cabe ao GP BE**

9. **Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 2103/XIII/4.^a (PSD) - "Recomenda ao governo que o Imposto de Valor Acrescentado cobrado sobre campanhas de angariação de fundos de solidariedade via telefone seja revertido diretamente para a própria causa que encerra a campanha";**

10. **Designação de autor do parecer da Proposta de Lei n.º 197/XIII/4.^a (GOV) - "Assegura a execução na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada"; Cabe ao GP CDS-PP**

11. **Outros assuntos.**

16:30

Audição do Conselho de Finanças Públicas sobre o Programa de Estabilidade.

A Senhora Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando a nova Presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP), Doutora Nazaré da Costa Cabral, bem como a

restante equipa que a acompanha, enquadrando a audição no âmbito da apreciação do Programa de Estabilidade.

Ainda antes do início da audição, o Senhor Deputado Duarte Pacheco pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, lamentando que o Relatório da UTAO ainda não tivesse sido remetido à Comissão.

A Senhora Presidente explicou que o Senhor Coordenador da UTAO tinha insistido para entregar mais tarde o relatório. Na sequência dessa solicitação, o Senhor Coordenador comprometeu-se a entregar na sexta-feira.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco considerou que já seria tarde e perderia oportunidade. Solicitou que a Mesa diligenciasse para que o relatório fosse remetido o mais depressa possível

A Senhora Presidente partilhou a sua preocupação com este assunto disponibilizando-se para fazer essa insistência junto da UTAO.

Pediu a palavra o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) para perguntar se havia prazo para entrega do mencionado relatório.

Em resposta a Senhora Presidente informou que não havia prazo de entrega estabelecido mas que transmitiria informação sobre a urgência do relatório, após o que deu a palavra à Senhora Presidente do CFP para uma intervenção inicial.

Após a intervenção inicial da Presidente do CFP, em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD), Fernando Rocha Andrade (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), e Paulo Trigo Pereira (Ninsc). A Senhora Presidente do CFP e o Prof. Doutor Miguel St Aubyn (vogal executivo do CFP) responderam individualmente a cada uma das intervenções.

Na segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Inês Domingos (PSD) e Manuel Caldeira Cabral (PS), tendo a Presidente do CFP respondido ao conjunto das questões.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação e a intervenção inicial, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

18:30

Ainda antes do início da reunião, a Senhora Presidente solicitou à Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) que apresentasse, na próxima reunião da Comissão, o parecer da audição do Deputado Manuel Caldeira Cabral, no âmbito do processo de indigitação de personalidade para Vogal da ASF.

1. Aprovação da ata n.º 257;

A ata foi aprovada por todos os grupos parlamentares presentes, na ausência do BE.

2. Apreciação e discussão do Relatório sobre a Conta Geral do Estado (CGE) 2017;

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) apresentou o relatório na qualidade de autor.

Após cumprimentar o Deputado relator, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) teceu algumas críticas ao relatório referindo, por exemplo, a inexistência de citações, transpondo acriticamente opiniões (do Governo) que constam do CGE. Ilustrou o seu ponto de vista, destacando alguns exemplos presentes em várias páginas do relatório que, na sua opinião, poderiam dar a sensação de se tratar de um relatório tendencioso.

Usou da palavra do Senhor Paulo Trigo Pereira (Ninsc) lembrando que todos os anos se escrevem centenas de páginas sobre a CGE - nos relatórios do CFP, da UTAO, do Tribunal de Contas (TdC), entre outros - mas que nem por isso se dá a devida atenção à prestação de contas do Estado. Defendeu assim a necessidade de se repensar a natureza deste documento.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) também subscreveu a ideia de que existem muitos relatórios sobre relatórios, implicando que, frequentemente, se reproduza demasiado o relatório/documento original. Afirmou ainda que estes relatórios são, muitas vezes, meros repositórios inúteis de outros relatórios, que nem sempre credibilizam o trabalho do Parlamento. Fez depois a comparação com a realidade do Parlamento Europeu, onde cada Deputado elabora muito menos relatórios. Considera que este constitui um assunto que merece devida reflexão.

Também o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) acompanhou a posição expressa pelo Deputado João Pinho de Almeida, considerando ingrata para o Deputado relator, esta tarefa de elaborar relatório sobre a CGE. Discordou da ideia de que o Deputado relator

tenha incluído a sua opinião no relatório. Parece-lhe que os problemas levantados pelo PSD podem ser facilmente ultrapassados, incluindo-se no relatório as matérias concretas do relatório do TdC que o PSD considere imprescindíveis. Saliu ainda que, no Plenário, por regra, os partidos ignoram o parecer dos relatores.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) considera que apenas inserir mais conclusões do TdC não resolve o problema. Na sua perspetiva, o relatório carece de mudanças na sua estrutura, requerendo ainda a introdução de contraditório em cada ponto.

Retomou a palavra o Senhor Deputado António Gameiro (PS) que começou por abordar a problemática do controlo parlamentar das contas públicas. Concordou em acolher os comentários no aperfeiçoamento do relatório, admitindo incluir algumas críticas e recomendações do TdC, nomeadamente sobre a fiabilidade da informação. No aperfeiçoamento do relatório, também incorporará algumas citações bem como a crítica da UTAO e o mapa relativo a valores cativos.

Submetido a votação o relatório foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PCP e CDS-PP e a abstenção do PSD, na ausência do BE.

3. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 189/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Estabelece o regime fiscal aplicável às competições UEFA Nations League Finals 2019 e UEFA Super Cup Final 2020";

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) apresentou o relatório de que é autor.

Interveio depois o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) manifestando a sua opinião de que não se trata de um assunto pacífico. Numa ótica estrita de Finanças Públicas, com a qual disse identificar-se, não se encontra justificação para uma tal exceção fiscal.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) saudou o Deputado relator, recordando que a aprovação deste regime se relaciona com compromissos assumidos internacionalmente.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, na ausência do BE.

4. Fixação da redação final dos Projetos de Lei - n.º 13/XIII/1ª (PEV) - "Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas"; - n.º 58/XIII/1ª (BE) - "Promoção do acesso a produtos da agricultura de produção

local às cantinas públicas"; - n.º 66/XIII/1ª (PAN) - "Transição para uma alimentação mais saudável e sustentável nas cantinas públicas, com recurso a produtos de agricultura local e biológica"; - e n.º 71/XIII/1ª (PS) - "Consagra um regime de seleção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos";

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo informou que não tem objeções a colocar às sugestões da DAPLEN, à exceção do título cuja redação final deveria ser a seguinte:

“Define os critérios de seleção e aquisição de produtos alimentares, promovendo o consumo sustentável de produção local nas cantinas e refeitórios públicos”

Foi deliberado, sem votos contra, e na ausência do BE, fixar a redação do texto de fusão daquelas iniciativas, aceitando todas as sugestões de alteração da DAPLEN, com exceção do título.

5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD "Audição urgente do Senhor Ministro das Finanças sobre a implementação da Lei de Enquadramento Orçamental";

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o requerimento, fazendo uma brevíssima resenha história sobre as vicissitudes da implementação da nova Lei de Enquadramento Orçamental, com alusão ainda aos alertas constantes do Relatório do Tribunal de Contas ([Auditoria à Implementação do SNC-AP e da ECE](#)), nomeadamente sobre o atraso na implementação da Entidade Contabilística Estado (ECE).

Em resposta, o Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) lembrou que em todos os países que empreenderam reformas do mesmo género, demoraram mais tempo a implementá-la, ou seja, o tempo normal de implementação é superior ao previsto na Lei. É de opinião que o mencionado atraso na ECE não inviabilizará a boa concretização da Lei.

Aproveitou para perguntar qual era a situação do Grupo de Trabalho da Lei de Enquadramento Orçamental.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) questionou a Presidente sobre a possibilidade de haver uma ronda específica sobre o tema, na próxima audição regimental.

A Senhora Presidente informou que iria suscitar a questão junto do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE.

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD "Análise da UTAO no âmbito da [Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.ª](#) e do [Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.ª](#);

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) apresentou o requerimento e a sua fundamentação, sublinhando a sua importância deste estudo para a apreciação destas iniciativas.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) para transmitir a sua opinião de que a UTAO terá muitas dificuldades em fazer este exercício visto que requer informação muito desagregada. Sugeriu que se verificasse junto da UTAO se existe efetiva possibilidade de realizar este estudo. Se porventura não for possível, seria de ponderar solicitar à Autoridade Tributária (AT) a realização do estudo que depois seria validado pela UTAO.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) propôs que se votasse já o requerimento, verificando-se posteriormente qual a exequibilidade para a sua realização..

O requerimento foi aprovado, na ausência do BE, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PCP e a abstenção do Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc).

7. Designação de autor do relatório sobre o relatório "Portugal na União Europeia _ 2018";

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) ficou de indicar o autor do relatório até final do dia.

8. Designação de autor do parecer do [Projeto de Lei 1199/XIII/4\(PCP\)](#) - "Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários";

Na ausência do BE não foi indicado autor parecer.

9. Deliberação sobre a sede de discussão do [Projeto de Resolução n.º 2103/XIII/4.ª \(PSD\)](#) - "Recomenda ao governo que o Imposto de Valor Acrescentado cobrado sobre campanhas de angariação de fundos de solidariedade via telefone seja revertido diretamente para a própria causa que encerra a campanha";

O PSD solicitou que a discussão do Projeto de Resolução se realizasse em Comissão, se possível, na próxima reunião.

10. Designação de autor do parecer da [Proposta de Lei n.º 197/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Assegura a execução na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada"; Cabe ao GP CDS-PP

Foi indicado como autor do parecer o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

11. Outros assuntos.

Pedi a palavra o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) para recordar que, apesar do GT – Lei do Enquadramento Orçamental (LEO) não ter voltada a reunir, não se encontrava extinto porque não tinha havido deliberação da Comissão nesse sentido. Entende, aliás, que há questões pendentes que mereceriam, porventura, reflexão no âmbito deste GT. Tendo em consideração a sua saída do GP do PS, o GP teria de indicar outro Deputado.

Não havendo outros assuntos a tratar a Senhora Presidente deu por concluída a reunião. A reunião foi encerrada às 19:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2019.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 23 de abril de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Cristóvão Norte
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Leonel Costa
Manuel Caldeira Cabral
Margarida Marques
Nuno Sá
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
António Cardoso
Duarte Alves
Filipe Neto Brandão
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Balseiro Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Mariana Mortágua